

5 Conclusão

Este trabalho teve como objetivo medir como o diferencial de rendimentos público-privado se relaciona com o nível de escolaridade dos trabalhadores. Para esse fim utilizamos duas variáveis dependentes: rendimento padronizado e o Valor Presente do Contrato de Trabalho.

Encontramos evidências de que, utilizando como variável de interesse o rendimento do trabalho padronizado, os trabalhadores com pouca escolaridade são beneficiados com elevados prêmios salariais no setor público. Também foi encontrado que para trabalhadores com maiores níveis de capital humano o hiato tende a desaparecer ou mesmo a tornar-se favorável ao setor privado. Uma explicação apresentada nesse trabalho para esse fenômeno é a existência de tetos e pisos salariais bem definidos no setor público. Adicionalmente, foi visto que boa parte da heterogeneidade do diferencial público-privado para trabalhadores educados é explicada pela escolha ocupacional.

De forma a corrigir para um possível viés do nosso estimador do hiato de rendimentos entre setor público e o setor privado foi estimada uma regressão de rendimentos por variáveis instrumentais para uma sub-amostra de nossa base de dados. Foram encontradas evidências de que quando controlamos para a endogeneidade da variável de setor público, o hiato torna-se ainda mais favorável para o setor público.

Por fim, através da criação da variável do Valor Presente do Contrato de Trabalho foi possível estimar o diferencial público-privado de rendimentos ao longo do ciclo de vida dos trabalhadores. Uma primeira evidência importante encontrada foi de que o hiato médio estimado do VPCT não foi muito diferente do hiato médio estimado do rendimento padronizado.

A explicação apresentada para essa constatação foi a de que se por um lado a Previdência Social brasileira penaliza os trabalhadores mais escolarizados do setor privado com benefícios nunca superiores a um teto previdenciário e sem paridade com os rendimentos da ativa, por outro lado, através de benefícios como o BPC, a Previdência Social brasileira beneficia trabalhadores do setor privado menos escolarizados que não contribuem para previdência. As demais estimações do trabalho com o VPCT reforçam essa evidência empírica.